

## METAMORFOSE: DE CRIANÇA PARA MENOR – (CURITIBA - INÍCIO DO SÉCULO XX)\*

Judite Maria Barboza Trindade\*\*

---

Meu projeto inicial no curso de doutorado se intitulava a Criança na Primeira Republica: do Estado ou das Instituições. Tinha, então, como objeto privilegiado a criança, pretendendo aprendê-la via política institucional do Estado. Assim posto, tanto podia ser educação, saúde ou mesmo assistência em geral.

Este projeto por seus grandes eixos: a criança e as instituições, levou à leitura de Erving Goffman, em seu clássico *Manicômios, prisões e conventos*, e a partir dali, Guilhon Albuquerque *Instituição e Poder*. A partir dessas leituras e discussões iniciais é que me referenciei a Michel Foucault. Fui amparando-me cada vez mais nesse autor, que deu o suporte teórico e metodológico, sobretudo com *Vigiar e Punir* e *Microfísica do Poder*. Sem esquecer a sua noção de arqueologia - “trabalho de desembaraçar configurações mais antigas”, que me levou a buscar uma **matriz antiga** para o objeto o que rendeu a primeira parte da tese.

Enfim, ficou delimitada uma determinada população como objeto, qual seja a criança, população infantil. Tendo sido muito importante para o seu tratamento, o livro clássico *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès, que chama a atenção para as mudanças observadas a partir do século XVII, com uma individualização da criança e com a mulher assumindo importante papel no cuidado, crescimento e educação das crianças. Ao ressaltar os atributos e tarefas das mulheres mães, o autor inspirou o tratamento da situação das mulheres e mães que aparecem nas fontes, com as leituras complementares de Elizabeth Badinter.

A essas alturas dos trabalhos, já era possível perceber que o Estado não tinha uma política institucional para a criança fora da família. O Estado e a Sociedade externam suas posturas, porém de forma esparsa não chegando a formar uma **política institucional coerente**. Tomando como centro de

---

\* Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, em agosto de 1998, sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Ana Maria de Oliveira Burmester e examinada por Banca constituída pelos professores doutores Euclides Marchi - UFPr/UTPR; Hilda Pivaro Stadniky – UEM, Layma Mesgravis - USP e Maria Ignês de Boni - UFPr/UTPR.

\*\* Professora do Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. (trindade@coruja.humanas.ufpr.br).

interesse aquela criança não referenciada pelas relações familiares, mas, sim, a abandonada ou em estado de abandono. A proposta, portanto, era tratá-la, articulando a proposta, os agentes e as instituições ocupadas de seu atendimento.

São tomados como exemplares não os menores de idade, em geral, mas, sim, aqueles casos em que as relações entre pais e filhos estavam sendo discutidas sobre a intermediação do juizado de menores e também os muitos que, por circunstâncias variadas, às vezes até obscuras, foram deixados em asilos. Eles foram encontrados em processos de abandono ou de perda do pátrio poder e nos fichários do asilo e complementarmente na imprensa.

A pesquisa documental se circunscreve a Curitiba e vai de 1890 a 1927 (1890 se refere à instituição do Código Penal, e 1927 a instituição do Código de Menores), numa cronologia que procura apontar para um conjunto que determinou mudanças de mentalidade, de posturas, de gerenciamento da vida da sociedade da política e da economia dos indivíduos. Conjunto este que agrupamos como implantação do projeto e do estado Republicano.

Refiro-me com frequência aos séculos XVIII e XIX europeu, período em que o abandono está bastante estudado, e também ao século XIX brasileiro, em que proliferam os estudos de ilegítimos, abandonados, expostos, das rodas e das misericórdias com tratamento teórico metodológico inspirado naqueles estudos para a Europa.

Da inspiração inicial de estudar as sutilezas das instituições, restaram apenas as fontes, sobretudo as dos asilos. Estes, destinados a receberem órfãos, passaram a acolher crianças de cinco a dezoito anos não necessariamente órfãs, e mesmo a maioria não o sendo, mas em situação de abandono enviadas pelos juízes, delegados, governadores, padres, bispos, pessoas caridosas e majoritariamente pais, (predominando as mães) e parentes.

Concentrei a pesquisa no Asilo São Luiz, criado e dirigido pelas Irmãs de São José de Chambéry. Instituição exemplar da política de recolhimento de menores no início do século XX.

Foi feito o levantamento do Arquivo do Juizado de Menores, somando 280 processos. Esse arquivo é formado por processos de abandono, abandono e perda do pátrio poder, pedidos de tutela, processos de crimes. Pesquisei também o Jornal *A República*, de 1890 a 1906 e o Jornal *Diário da Tarde*, de 1920 a 1930.

Tomei ainda, como referência, autores do início do século que participaram intensamente dos debates sobre as questões dos menores e da infância, destacando Evaristo de Moraes (Criminalidade da Infância e da Adolescência - 1916), Levi Carneiro (A Nova Legislação da Infância - 1923) e Moncorvo Filho (História da Proteção à Infância no Brasil - 1927).

A estrutura de redação da tese obedece praticamente a mesma lógica utilizada na construção da pesquisa.

Na primeira parte, explorei a bibliografia sobre expostos e abandonados e procurei focalizar o interesse sobre algumas questões norteadoras dos estudos da infância, do abandono e da sua trajetória, até ser revelado o menor abandonado. Busquei indicar de quem falo e as formas como o abandono foi posto em lugar oculto - asilos e rodas, por exemplo - até ir sendo paulatinamente revelado, admitido e finalmente explicado.

Explorei a trajetória do abandono, desde a roda dos expostos, e também a trajetória desse termo, desde o século XIX, quando então se reconhece nesse fenômeno, um problema social, ocorrendo um aumento da idade do abandono, que, de recém-nascido, vai sendo superado pelos de 5 anos e mais. Nessa parte são destacados alguns temas ou mesmo aspectos desses, como: a colaboração e tensões entre Igreja e Estado; e a influência dos higienista;

Na segunda parte, são tratados os meandros da disciplina e controle urbanos, aproveitando para fazer a contextualização espaço-temporal do objeto, focalizando-o no urbano de Curitiba e nas formas como a cidade se aproxima do domínio público em consonância com a República em construção. Aqui são valorizados estudos pioneiros sobre Curitiba, evidenciando a esperança que se depositava nos imigrantes, como se a miséria do urbano fosse uma questão de raça, etnia e cultura. Busquei mostrar, nas formas, como as cidades, naquele momento, são similares. Isto se evidencia nas formas como se inquietam e no esforço que fazem para construir normas e leis eficazes e adequadas para disciplinar e tranqüilizar a sociedade e a população.

A terceira parte está dedicada aos menores abandonados de forma mais explícita, procurando evidenciar o conjunto normativo e como a imagem do menor é delineada e projetada no seu futuro de cidadão. Essa imagem está para sempre gravada na imprensa, nos relatórios, nas leis, nos processos e nos fichários. Destaquei, nesta última parte, as idéias que se constroem e como muitas permanecem em estereótipo no combate ao abandono, para evitar a delinqüência, no saber jurídico qualificando os menores e seus pais, sobretudo as mães, no retrato do abandono e sua utilidade nas instituições, no perigo de delinqüir, identificado com a ausência da mãe e com a falta de ocupação útil, e na qualificação negativa das mães que abandonam e a temporalidade do abandono.

Concluí com algumas constatações, como a de que **o menor abandonado**, que nos ocupou e que, de certa forma, ocupa ainda hoje, é **enquanto sujeito social**, contemporâneo do Estado Brasileiro Republicano e da hegemonia capitalista em sua vertente industrial. Ele se evidencia no

confronto das práticas sociais que se propõem a superar o imperial e ressaltar o republicano.

No caso da infância, a idéia de ociosidade como caminho para o crime é reforçada com base, sobretudo nos ensinamentos médicos e jurídicos, e cria um neologismo para designar menores, pobres e abandonados. Consolida-se a idéia de que ao Estado compete administrar a justiça, a educação e a saúde, não para o bem-estar dos indivíduos, mas como baluartes da ordem e, para isto, não deve o Estado hesitar em intervir e desprivatizar as relações familiares. Reforça-se o papel da família, um tipo determinado de família como salvaguarda da ordem social. A transição para o século XX assiste ao grande debate entre caridade e filantropia, saindo fortalecida a segunda, concretizada nas práticas de assistência e socorro aos necessitados.

O menor vai perdendo sua característica de idade, adquirindo conotações pejorativas próprias de sua exclusão social, que é dada pela pobreza, e vai sendo visto também por sua força, que poderá ser aproveitada pelo trabalho duplamente útil para seu sustento e para sua moldagem social e moral.

Enfim, os novos saberes evidenciam e consolidam uma representação para e sobre a criança, a infância, o menor. Encontramos uma arrasadora ausência desses sujeitos a partir deles mesmos, pois é o adulto que fala dele e assim se constrói uma concepção de infância, criança, jovem e menor.